

REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS

João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 1-3, maio/ago. 2015. ISSN 2318-1001

Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin

EDITORIAL

Caro Leitor,

A Revista Evidenciação Contábil & Finanças (RECFin) é um periódico elaborado e mantido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) e pelo Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Neste quadrimestre, informamos aos seus leitores que a partir deste número a RECFin passa a disponibilizar um *Digital Object Identifier* (DOI) para cada artigo por ela publicado, tanto para este número quanto para os anteriormente publicados. Assim, todos os artigos publicados passam a ter uma identificação digital fixa.

Informamos, também, que a RECFin foi recentemente citada no relatório do biênio 2013/2014 da área de Administração, Contabilidade e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como um periódico constante no estrato Qualis B4. Essa listagem corrobora o trabalho desenvolvido por toda a Equipe Editorial da RECFin, buscando solidificar esta revista como um importante meio de divulgação científica. Com isso, é concluída a primeira fase do processo de solidificação desta revista. Em sua segunda fase, buscar-se-á a indexação da RECFin nos indexadores que são parâmetros para a listagem nos estratos mais altos do Qualis.

Sobre este número, apresentamos o v. 3, n. 2 de 2015, contando com 6 (seis) artigos inéditos, de diferentes temas relacionados à Contabilidade e Finanças, como resumidos a seguir:

O primeiro trabalho – RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE GOVERNANÇA, POLÍTICA DE DI-VIDENDOS, ENDIVIDAMENTO E VALOR DAS EMPRESAS BRASILEIRAS, de autoria de Vagner Antônio Marques, Rosilaine Francisca Campos Alves, Hudson Fernandes Amaral e Antônio Artur de Souza, teve o objetivo de analisar a relação entre os níveis de governança e a política de dividendos, o nívei de endividamento e o valor de mercado de uma amostra de 39 empresas participantes dos níveis 1, 2 e Novo Mercado entre 2008 e 2013. Seus resultados evidenciam existir diferenças entre os grupos para o nível de endividamento, Q de Tobin e índice *payout*. O estudo contribui apresentando evidências de que outros fatores, além da estrutura de governança corporativa, afetam de forma mais significativa os resultados, pois o Nível 2 de governança apresentou resultados superiores ao Novo Mercado, o que diverge de resultados de alguns estudos anteriores, mas reforça a importância de características específicas da empresa na determinação do desempenho.

O segundo artigo – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DA INTERNET: SE-RÃO AS REDES SOCIAIS CAPA-ZES DE REDUZIR A ASSIMETRIA INFORMACIONAL ENTRE EMPRESAS E INVESTIDORES?, de autoria de Marcelo Paulo de Arruda, Raíssa Aglé Moura de



Sousa, Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão e Edilson Paulo, buscou verificar se a utilização das redes sociais (Wikipédia, Youtube e Facebook) reduz a assimetria de informação existente entre as empresas e investidores. Analisando 126 empresas de capital aberto no período de 2006 a 2011, verificaram que a utilização das redes sociais não tem forte influência nos erros de previsão dos analistas (*proxy* para assimetria informacional), diferente do resultado encontrado por Rubin e Rubin (2010) ao analisar tal relação no mercado de capitais norte-americano. Ressaltam que esses resultados podem ter sofrido influência da baixa utilização das redes sociais no Brasil, quando comparadas com as empresas dos Estados Unidos, pelos períodos de crises e de mudanças nas normas contábeis.

O terceiro artigo – UM ESTUDO SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA E O NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE EVIDENCIAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE, de autoria de Juliana Gonçalves de Araújo, Rodrigo Vicente dos Prazeres, João Gabriel Nascimento de Araújo, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia e Mayke Douglas Xavier de Lima, verificou a relação do nível de governança com o atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referente às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte entre 2008 e 2012. Foi possível verificar que as divulgações realizadas estão aquém das propostas pelo CPC 12, e que as mudanças ocorridas no processo de ajuste são pouco divulgadas, constituindo um cenário que pouco se modifica. O único item que sofreu uma grande elevação de atendimento foi o da divulgação das práticas gerais de Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas, principalmente no ano de 2010, devido à compulsoriedade da aplicação das normas contábeis nas entidades de capital aberto. Também foi possível observar, através do uso do teste Exato de Fisher, uma relação entre o nível de governança e o nível de atendimento, onde aquelas que pertencem ao Novo Mercado se apresentam mais propensas a evidenciar melhor suas informações.

O quarto artigo – EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL, de autoria de José Ribamar Marques de Carvalho, Janayna Rodrigues de Morais Luz e Francineide Eleotério Pereira, buscou identificar o nível de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis das empresas do setor de energia elétrica em 2012. Analisando 8 empresas, levando em consideração a NBC T15 para identificar o nível de evidenciação ambiental dessas empresas, por meio de um critério de classificação que variou entre ótimo, bom, regular e ruim, verificaram que as divulgações das informações de natureza ambiental não são identificadas nesses relatórios. As empresas com o nível mais satisfatório (regular), com 36,36% de evidenciação, foram Petrobrás, AES Eletropaulo, Cemig Distribuição e Copel, e as empresas com nível de evidenciação ruim, com 0% de evidenciação, foram Eletrobrás e Ligth Distribuição, denotando que neste segmento empresarial o nível de evidenciação ambiental ainda é frágil e necessita de regulamentação para maior transparência.

O quinto artigo – CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS LEIS DE CRIAÇÃO EM QUATRO DOS MAIORES MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA E A LITERATURA, de autoria de Nelcilene dos Reis da Silva, Alexandre de Freitas Carneiro e Elder Gomes Ramos, teve o objetivo de verificar se as funções desempenhadas pelas Controladorias municipais do estado de Rondônia estão de acordo com as funções definidas na literatura. Os resultados da pesquisa mostraram que algumas funções estão de acordo com as definidas na literatura, outras não. As funções ou atividades descritas na literatura não encontradas na Controladoria dos municípios



foram: elaborar e manter atualizado o plano de contas do município; gerenciar a contabilidade do município; planejar, coordenar e executar funções de corregedoria; planejar, coordenar e executar funções de ouvidoria; e propor medidas para racionalizar o uso dos recursos públicos, bem como a moderna função de custos. Porto Velho é o município que mais se adequa à literatura, seguido por Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena.

E por último, mas não menos importante, o sexto artigo – PROPOSTA DE UM MAPA ESTRATÉGICO PARA UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, de Vinicius Abilio Martins, buscou apresentar uma proposição de um mapa estratégico na forma do *Balanced Scorecard* para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), localizada na região Oeste daquele estado. Foram utilizados dados secundários relacionados ao Plano de Desenvolvimento Institucional, dentre outros documentos relacionados com a estratégia da instituição. Ao final do trabalho, propôs-se um total de 5 perspectivas: Educacional, Financeira, Sociedade, Aprendizado e Crescimento e Processos Internos, distribuídos nestas perspectivas, 16 objetivos estratégicos e 30 indicadores estratégicos. A contribuição deste artigo consiste em apresentar as especificidades não abordadas no modelo tradicional, proposto por Kaplan e Norton, a uma instituição que se apresenta nas características de instituição pública e voltada para o ensino superior.

Toda a Equipe Editorial da RECFin lhe deseja uma boa leitura!

ORLEANS SILVA MARTINS Editor Geral